



PARECER PRÉVIO Nº 41/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11543/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Careiro.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Hamilton Alves Villar (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 0 5261/2018-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Careiro. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Careiro, exercício de 2015, de responsabilidade do **Sr. Hamilton Alves Villar**, Prefeito Municipal à época, com fundamento nos art. 40, I e art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97.

- 11- **Ata:** 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 10 de Setembro de 2019
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e



PARECER PRÉVIO Nº 41/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Evelyn Freire de Carvalho ,
Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição



ACÓRDÃO Nº 41/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11543/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Careiro.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Hamilton Alves Villar (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5261/2018-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Careiro. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Careiro, exercício de 2015, de responsabilidade do **Sr. Hamilton Alves Villar**, Ordenador das despesas, com fulcro no art. 22, III da Lei 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Hamilton Alves Villar** no valor de **R\$ 13.654,39** (Treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 54 da Lei Estadual n. 2423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução n. 04/2002 pelas Restrições da DICAMI - itens 01, 02 (a, b, c, d), 03, 04, 05, 06 (a e b), 07, 08 (a, b e c), 10, 11, 12, 14, 15 (a, b, c, d), 16, 17, 18, 19, 20, 21 (a e b), 22 (a, b, c, d, e), 23, 24 (a e b), 25, 26 (a, b e c), 27 (a, b e c), 28 (a e b) e



ACÓRDÃO Nº 41/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

30; Restrições da DICOP – itens 1.0 (1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5); 2.0 (2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5); 3.0 (3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5); 4.0 (4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5); 5.0 (5.1, 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5); 6.0 (6.1, 6.2, 6.3, 6.4 e 6.5); 7.0 (7.1, 7.2, 7.3, 7.4 e 7.5); 8.0 (8.1, 8.2, 8.3, 8.4 e 8.5); 9.0 (9.1, 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5); 10.0 (10.1, 10.2, 10.3, 10.4 e 10.5), do Voto;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Hamilton Alves Villar no valor de R\$ 6.827,19** (Seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 54, III, da Lei Estadual n. 2423/96 c/c art. 308, V, da Resolução n. 04/2002 pelos itens 09, 13, 21-C e 29 (Restrições da DICAMI), do Voto;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Considerar em Alcance o Sr. Hamilton Alves Villar no valor de R\$ 3.706.251,08** (Três milhões, setecentos e seis mil, duzentos e cinquenta e um reais e oito centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Careiro, com fundamento no art. 304, VI da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei 2.423/96, pelas Restrições da DICAMI abaixo discriminadas:

10.4.1. Restrição Nº 07: alcance de **R\$ 959.437,47** (novecentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais e quarenta e sete centavos) face a inexistência do numerário em espécie em Caixa e sem o devido documento de suporte de eventuais movimentações da conta Caixa, nos termos do art. 304, inc. III e VI, da Resolução nº 04/2002;

10.4.2. Restrição Nº 08: crédito a receber **R\$ 2.076.317,47** (dois milhões, setenta e seis mil, trezentos e dezessete reais e quarenta e sete centavos) constante no Balanço Patrimonial no título de valores em transito realizável a curto prazo decorrente de pagamentos



ACÓRDÃO Nº 41/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

irregulares e/ou indevidos, nos termos do art. 304, inc. IV, da Resolução nº 04/2002;

10.4.3. Restrição Nº 09: glosa de **R\$ 567.045,27** (quinhentos e sessenta e sete mil, quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos) relativo ao desembolso com encargos financeiros, nos termos do art. 304, I da Res. 04/2002-TCE;

10.4.4. Restrição Nº 13: glosa de **R\$ 82.805,27** (oitenta e dois mil, oitocentos e cinco reais e vinte sete centavos) relativo ao desembolso com encargos financeiros quando do recolhimento de valores do INSS, nos termos do art. 304, I da Res. 04/2002-TCE;

10.4.5. Restrição Nº 21: glosa de **R\$ 20.645,66** (vinte mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), pela desembolso sem a devida comprovação dos deslocamentos, por ocasião das diárias pagas a servidores, nos termos do art. 304, inc. I, da Resolução nº 04/2002;

10.5. Considerar em Alcance o Sr. Hamilton Alves Villar no valor de **R\$ 1.100.351,82** (Um milhão, cem mil, trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e dois centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Careiro, conforme apontado acima na tabela do Relatório Conclusivo nº 256/2016- DICOP, com fundamento no art. 304, VI, da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei 2.423/96;

10.6. Recomendar à Prefeitura Municipal de Careiro que:

10.6.1. Observe com rigor os princípios contábeis e normas brasileiras de contabilidade efetuando os registros contábeis de forma tempestiva e fidedigna;

10.6.2. Cumpra com rigor o estabelecido nos art. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000, além do Decreto Federal nº 7.185/2010, que estabelecem a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;

10.6.3. Cumpra com rigor o estabelecido nos art. 8º da Lei de Acesso à Informação para que se tenha acesso a informações de interesse coletivo disponíveis no Portal de transparência;

10.6.4. Cumpra com rigor o inciso I e II, §2º do art. 29-A da CF/88 que estabelecem limite constitucional e o prazo até o dia 20 (vinte) de cada mês por parte do Chefe do Executivo Municipal para o repasse;

10.6.5. Identifique os agentes responsáveis pelos atrasos nos recolhimentos Contribuições Previdenciárias o que ensejou a



ACÓRDÃO Nº 41/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

atualização monetária, visando que esses arquem com o ônus decorrente do ato ao art. 4 da Lei 4.320/64, inclusive faça registrar nos Demonstrativos Contábeis o direito do Município frente ao agente causador;

- 10.6.6.** Cumpra com rigor o estabelecido na Súmula Vinculante n.º 13 do STF que veda a prática de Nepotismo;
- 10.6.7.** Cumpra com rigor o estabelecido no art. 94 e 96 da Lei 4.320/64 relativo a existência dos registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, devendo ser realizado de forma contínua e normatizada;
- 10.6.8.** Cumpra com rigor os artigos 7º, 43 e 48, 20 e 26 da Lei 8.666/93 que versa acerca das compras na Administração pública, bem como da formalização dos processos nos moldes previstos no art. 38 do mesmo diploma legal;
- 10.6.9.** Conceda as diárias aos servidores, de acordo com parâmetros uniformes e devidamente regulamentados em obediência aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e impessoalidade;
- 10.6.10.** Cumpra com rigor o artigo 7º da Lei Complementar Nº 141 /2012 e § 3º do artigo 198 da CF, que estabelece o mínimo a ser aplicado na área de Saúde;
- 10.6.11.** Elabore normas e rotinas visando a regulamentar o consumo e controle dos gastos de combustível com a implantação de sistema informatizado;
- 10.6.12.** Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM;

10.7. Dar ciência ao Sr. Hamilton Alves Villar da decisão;

10.8. Arquivar o presente processo após cumprimento de decisão, nos termos regimentais.

11- Ata: 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Setembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



ACÓRDÃO Nº 41/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

14- Representante do Ministério Público: Dra. Evelyn Freire de Carvalho ,
Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição